

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembly

ANO LXXV

FLORIANÓPOLIS, 3 DE AGOSTO DE 2026

NÚMERO 9.095

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Fernando Krelling
1º VICE-PRESIDENTE

Padre Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Ana Campagnolo
1ª SECRETÁRIA

Jair Miotto
2º SECRETÁRIO

Lucas Neves
3º SECRETÁRIO

Oscar Gutz
4º SECRETÁRIO

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PRD

Líder: Napoleão Bernardes
UB PSD
Dr. Vicente Caropreso Napoleão Bernardes
PRD

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Antídio Lunelli
MDB PSDB
Volnei Weber Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Rodrigo Fachini
PODEMOS NOVO
Rodrigo Fachini Matheus Cadorin
REPUBLICANOS
Sergio Motta

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRACIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PSOL

Líder: Fabiano da Luz
PT PSOL
Fabiano da Luz Marquito

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA PDT

Líder: Rodrigo Minotto

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Marcius Machado

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: José Milton Scheffer

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pepê Collaço - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Alex Brasil
Fabiano da Luz
Maurício Peixer
Matheus Cadorin
Mauro De Nadal
Napoleão Bernardes
Volnei Weber

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Paulinha - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Marcos Vieira
Pepê Collaço
Sargento Lima
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
Camilo Martins
Marcos da Rosa
Jessé Lopes
José Milton Scheffer
Mário Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Luciane Carminatti
Mário Motta
Maurício Peixer
Rodrigo Minotto
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Marcos da Rosa
Paulinha
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Altair Silva - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Camilo Martins
Marcos Vieira
Mário Motta
Mauro De Nadal
Berlanda

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA

Junior Cardoso - Presidente
Berlanda - Vice-Presidente
Jessé Lopes
Marquito
Mauro De Nadal
Pepê Collaço
Sergio Motta
**COMISSÃO DE TRANSPORTES,
DESENVOLVIMENTO URBANO
E INFRAESTRUTURA**
Volnei Weber - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Luciane Carminatti - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Camilo Martins
Ivan Naatz
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Junior Cardoso
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer
Paulinha

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Matheus Cadorin - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Berlanda
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Antídio Lunelli - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Junior Cardoso
Matheus Cadorin
Rodrigo Minotto
Sargento Lima

COMISSÃO DE TURISMO

Carlos Humberto - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Alex Brasil
Marquito
Paulinha
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Marquito - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Altair Silva
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Matheus Cadorin
Napoleão Bernardes

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

José Milton Scheffer - Presidente
Maurício Peixer - Vice-Presidente
Jerry Comper
Junior Cardoso
Marquito
Paulinha
Sargento Lima

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUÍTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mário Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Sargento Lima
Marcius Machado
Rodrigo Minotto
Sergio Motta
Jerry Comper

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Sérgio Guimarães - Presidente
Berlanda - Vice-Presidente
Altair Silva
Volnei Weber
Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Camilo Martins
Ivan Naatz
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rodrigo Minotto - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Jerry Comper
Junior Cardoso
Maurício Peixer

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Marcos da Rosa - Presidente
Sergio Motta - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
José Milton Scheffer
Marcius Machado
Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Sergio Motta - Presidente
Alex Brasil - Vice-Presidente
Altair Silva
Jerry Comper
Junior Cardoso
Maurício Peixer

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Ivan Naatz
Marquito
Matheus Cadorin
Berlanda

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Camilo Martins - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Marcius Machado
Marquito
Mauro De Nadal

Rodrigo Minotto
**COMISSÃO DE PROTEÇÃO,
DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL**
Marcius Machado - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Antídio Lunelli
Fabiano da Luz
Sargento Lima
Sergio Motta

Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Evandro Carlos dos Santos Diretor Coordenadoria de Publicação Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa. Edson José Firmino Coordenador Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009 Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE  Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 - Florianópolis - SC IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXIV NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.	ÍNDICE CADERNO LEGISLATIVO 2 ATAS.....2 SESSÕES PLENÁRIAS.....2 CADERNO ADMINISTRATIVO 7 GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS.....7 PORTARIAS7 EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 10 EXTRATOS..... 10
---	--	--

CADERNO LEGISLATIVO

ATAS

SESSÕES PLENÁRIAS

ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2026

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Berlanda - Camilo Martins - Carlos Humberto - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto - Jerry Comper - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Fachini - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Sergio Motta - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

Deputado Fernando Krelling

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Manifestou preocupação com a interdição da Ponte Anita Garibaldi e informou que seu gabinete realizou levantamento baseado exclusivamente em documentos públicos para apurar as circunstâncias que motivaram o fechamento da estrutura.

Relatou que a concessionária comunicou à ANTT a identificação de problemas estruturais, inicialmente com restrição ao tráfego de cargas especiais e, posteriormente, com a constatação do rompimento de cabos de protensão, fato que levou à interdição da ponte. Destacou que a região afetada já havia apresentado anomalias em 2022, exigindo intervenções emergenciais, o que evidencia a recorrência dos problemas.

Sustentou que cabe ao Parlamento fiscalizar, cobrar transparência e exigir providências dos órgãos competentes, sem substituir a atuação de engenheiros e peritos. Ressaltou que a própria concessionária informou à ANTT que o projeto *As Built* e outros documentos técnicos da obra são insuficientes ou não foram localizados, dificultando a identificação das causas das falhas estruturais.

Mencionou que fotografias da fase de construção da ponte levantam questionamentos sobre o fechamento do vão central e defendeu que sejam apresentados os registros técnicos e os cálculos que embasaram as soluções adotadas.

Apelou à ANTT e ao DNIT para que localizem, preservem e disponibilizem integralmente a documentação técnica da Ponte Anita Garibaldi e informou que protocolou moção de apelo e reiterou que a sociedade catarinense espera respostas técnicas, transparência e segurança quanto às condições da estrutura. *[Taquiografia: Jênifer]*

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Comentou sobre sua expectativa ao entrar nesta Casa no dia de hoje, ao relembrar o Mês da Mulher e as manifestações ocorridas neste Parlamento em alusão à data, citando que julho é o Mês do Homem e lamentando que não tenha havido nenhuma referência sobre essa data no âmbito do Poder Legislativo.

Apresentou indicadores estatísticos demonstrando que os homens sofrem com altos índices de violência, além de enfrentar cenários preocupantes nas áreas de segurança pública, emprego e saúde, com números expressivos que, em diversos aspectos, superam as estatísticas femininas.

Destacou que 64% das crianças em situação de trabalho infantil são meninos, que 60% dos estudantes que abandonam a escola pertencem ao sexo masculino e que apenas 7% dos casais que decidem adotar uma criança manifestam preferência por meninos.

Lembrou que os postos de trabalho mais pesados e de maior desgaste físico, que sustentam toda a estrutura da infraestrutura social, tais como a construção civil, a mineração, a extração de recursos e o setor de transportes, são ocupados majoritariamente por homens.

Citou que, quando esta Casa propôs, por meio de deputadas de ala feminista, a criminalização do *bullying*, solicitou a inclusão expressa de proteção aos meninos no texto da proposta, emenda que acabou rejeitada em votação na Comissão de Constituição e Justiça.

Comentou, por fim, que tramitam nesta Assembleia Legislativa dois projetos de lei que visam à criação da Procuradoria do Homem, lamentando que as referidas matérias estejam paralisadas há mais de quatro anos sem que os demais parlamentares as coloquem em votação na Ordem do Dia. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Criticou declaração de um ex-deputado estadual filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), que, em entrevista a um canal de notícias da região que representa, afirmou que o Brasil vive um período de prosperidade econômica, especialmente para os trabalhadores mais humildes. Discordou da avaliação, argumentando que o discurso está dissociado da realidade enfrentada pela população. Afirmou que o PT historicamente se apresentou como representante das classes trabalhadoras, atualmente estaria mais alinhado a setores das elites econômica, cultural e artística. Sustentou que os governos petistas foram marcados pela manutenção de juros elevados, beneficiando o capital especulativo em detrimento dos trabalhadores.

Mencionou o aumento da dívida pública, os déficits fiscais, as dificuldades financeiras enfrentadas por estatais e o elevado endividamento do setor agropecuário como indicadores de um cenário econômico preocupante. Avaliou que o país atravessa uma crise que vai além da economia, alcançando também aspectos morais e institucionais. Defendeu que a população enfrenta dificuldades para arcar com despesas básicas, como alimentação, moradia e sustento familiar, em razão do aumento do custo de vida e da redução do poder de compra. Atribuiu os problemas enfrentados pelo Brasil a falhas de gestão, decisões equivocadas e falta de competência administrativa.

Também citou denúncias envolvendo o INSS, o sistema financeiro e empresas estatais como exemplos de uma crise de natureza moral. Por fim, afirmou que o próximo presidente da República terá a responsabilidade de reorganizar o país e defendeu que a população avalie o cenário atual no momento de definir os rumos políticos do Brasil. *[Taquiografia: Sílvia]*

Partidos Políticos

Partido: Republicanos

DEPUTADO LUCAS NEVES (Orador) - Manifestou forte indignação com o descaso do Governo Federal em relação à BR-282, considerada a espinha dorsal do estado de Santa Catarina por ligar a capital ao extremo oeste do território. Criticou duramente os anúncios recentes de projetos de duplicação da rodovia, classificando-os como promessas vazias que enganam a população, dado que obras em outras estradas do estado, como as BRs 470 e 280, sequer seguem um ritmo adequado de conclusão.

Enfatizou que, há três anos, cobra-se a implantação de terceiras faixas no trecho entre a serra e o litoral, que registra acidentes graves e fatais semanalmente. Comentou que embora uma ordem de serviço para a elaboração de projetos tenha sido dada no ano passado, o prazo para sua entrega, estimado para o início deste ano, não foi cumprido, com nova previsão do DNIT apenas para o segundo semestre. Ressaltou que, mesmo se os projetos estivessem prontos, não haveria orçamento garantido para as obras. Para ele, é humilhante que um estado que tanto contribui financeiramente com a União precise implorar por melhorias básicas de infraestrutura. Protestou contra a falta de sinalização, de manutenção adequada e das necessárias terceiras faixas na rodovia. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0420/2023, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que proíbe a fixação de cartazes que façam advertência sobre os crimes previstos nos arts. 329 a 331 do Código Penal, no âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0497/2024, de autoria do Deputado Marquito, que institui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra - PESIPN e dá outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global, subemenda supressiva e modificativa.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0039/2025, de autoria do Deputado Marquito, que fica instituída a Política Estadual de Arborização Urbana - PEAU, no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0140/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que declara de utilidade pública a Associação Coral Pinhalzinho e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0166/2026, de autoria do Deputado Carlos Humberto, que declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Penha - SC, de Penha, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0205/2026, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública Associação Amigos da Orquestra Sinfônica de Chapecó - AAOSC, e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0224/2026, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais Pró Autistas, de Caçador, e Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0267/2026, de autoria do Deputado Mário Motta, que declara de utilidade pública o Instituto Vó Francisca, de Palhoça, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0243/2026, de autoria do Deputado Matheus Cadorin, manifestando ao Delegado Murillo Yago Batalha e aos Policiais Cíveis Celso Augusto Di Francesco Neto, Paulo de Arruda Rodrigues, Cláudio da Costa e Adriano Luxi Martins, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0244/2026, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, manifestando aos Policiais Cíveis Rodrigo Bekhauser, Jonas Alexandre Kaiser e a Psicóloga Policial Jianna Cella, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0537/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h09, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

— * * * —

ATA DA 035ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2026

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h09, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil – Altair Silva – Ana Campagnolo – Berlanda – Camilo Martins – Carlos Humberto – Fabiano da Luz – Fernando Krelling – Jair Miotto – Jerry Comper – José Milton Scheffer – Julio Garcia – Junior Cardoso – Lucas Neves – Luciane Carminatti – Marcius Machado – Marcos da Rosa – Marcos Vieira – Mário Motta – Marquito – Matheus Cadorin – Maurício Eskudlark – Maurício Peixer – Mauro De Nadal – Napoleão Bernardes – Neodi Saretta – Padre Pedro Baldissera – Pepê Collaço – Rodrigo Fachini – Rodrigo Minotto – Sargento Lima – Sérgio Guimarães – Sérgio Motta – Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) – Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0420/2023, 0497/2024, 0039/2025, 0140/2026, 0166/2026, 0205/2026, 0224/2026 e 0267/2026.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO MARQUITO (Orador) – Saudou os pares presentes e informou que sua primeira suplente, Deputada Carolline Sardá vai substituí-lo por quatro meses, tempo em que deve se dedicar ao período eleitoral.

Agradeceu a aprovação do Projeto de Lei nº 497/2024, que institui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra (PESIPN). A iniciativa busca promover a saúde da população negra, reduzir desigualdades étnico-raciais e combater o racismo, a intolerância religiosa e outras formas de discriminação nos serviços e instituições de saúde.

Entre as principais diretrizes da política estão a promoção da igualdade racial por meio de ações afirmativas, a capacitação antirracista dos profissionais da saúde, o fortalecimento da participação dos movimentos sociais negros no controle social do SUS e o incentivo à produção de pesquisas sobre a saúde da população negra. O projeto também valoriza os saberes e práticas tradicionais de saúde preservados por comunidades quilombolas e de terreiro.

Também foi aprovado o PL nº 39/2026, que cria a Política Estadual de Arborização Urbana (Peau). A proposta estabelece diretrizes para o planejamento, a implantação e a gestão da arborização nas cidades, em cooperação com os órgãos que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). O objetivo é utilizar a arborização urbana como estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas, contribuindo para a adaptação das cidades aos efeitos do aquecimento global e aos eventos climáticos extremos. Entre os benefícios esperados estão a redução das ilhas de calor, a melhoria da drenagem das águas da chuva, o fortalecimento da segurança hídrica e a melhoria da qualidade do ar e do bem-estar da população. *[Taquígrafa: Meibel]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

CADERNO ADMINISTRATIVO

GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1751, de 31 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

NOMEAR TAINAN ANTONIO TOLDO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-99, Atividade Parlamentar Externa-Relatório, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - GABINETE DA PRESIDENCIA - LINDÓIA DO SUL).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000039643-4

_____ * * * _____

PORTARIA N° 1752, de 31 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com base no parágrafo único do art. 1° do Ato da Mesa n° 396, de 29 de novembro de 2011, e no item II da Cláusula Quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC) e a Assembleia Legislativa, datado de 25 de outubro de 2011,*

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce atividade administrativa interna, a contar de 3 de agosto de 2026.

Matrícula	Nome do Servidor	Gabinete
8715	ANGELA MARIA BITTENCOURT DA SILVA	GAB DEP CAMILO MARTINS

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000040248-5

_____ * * *

PORTARIA N° 1753, de 31 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JERONIMO LOPES**, matrícula n° 2492, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-91, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1° de agosto de 2026 (MD - GABINETE DA PRESIDÊNCIA).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 25.0.000002427-1

_____ * * *

PORTARIA N° 1754, de 31 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Processo n°
6312	LUIZ FERNANDO NUNES DA SILVA	5	13/07/2026	SEA 00015191/2026

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000007057-2

_____ * * *

PORTARIA N° 1755, de 31 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO a Ata de Registro de Preços n° 020/2026, firmada pela ALESC e a empresa PERFORM TECNOLOGIA LTDA, a fim de atender as demandas da DTI - COORDENADORIA DE SUPORTE E MANUTENÇÃO;

CONSIDERANDO o Ato da Mesa n° 257, de 28 de maio de 2024, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO o "CAPÍTULO V - GESTÃO CONTRATUAL", do Ato da Mesa 257, de 28 de maio de 2024, que "Regulamenta, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Lei nº 14.133, de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos";

CONSIDERANDO que o art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, prevê que "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]",

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços nº 020/2026 e contratos que venham a se derivar da mesma, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I - BRIAN VENCESLAU MICHALSKI, matrícula nº 6328, Diretor de Tecnologia e Inovação, lotação na DG - DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, como Gestor; e

II - DANIEL DOMINGOS DE SOUZA, matrícula nº 6323, Gerente de Suporte e Manutenção, lotação na DTI - CSM - GERÊNCIA DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO, como Fiscal.

§ 1º Na ausência do servidor indicado no inciso I, fica designado, como substituto, o servidor ALLAN DE SOUZA, matrícula nº 6339, Diretor Adjunto de Tecnologia e Inovação, lotação DG - DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

§ 2º Na ausência do servidor indicado no inciso II, fica designada como substituta, a servidora DANIELE DE MIRANDA SILVA, matrícula nº 7209, Analista Legislativo II, lotação na DTI - CSM - GERÊNCIA DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 257, de 28 de maio de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000037192-0

PORTARIA Nº 1756, de 31 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Processo nº
10825	LUIZ CESAR ABRAHAO	14	15/06/2026	SEA 00012700/2026

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000032162-0

PORTARIA Nº 1757, de 31 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GABRIEL ARTHUR LOEFF**, matrícula nº 11725, do cargo de Assessor de Comissão Permanente - CC - COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de agosto de 2026. (DL - COORDENADORIA DAS COMISSÕES).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000040145-4

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS**EXTRATOS****EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 402/2021**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos Ltda.

CNPJ/CPF: 01.645.738/0016-55.

OBJETO: O termo aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 402/2021, acrescendo-se, a partir de 1º/01/2025, o percentual de 2,74% ao valor pactuado, em face do advento da Lei nº 14.973/2024, que alterou a Lei nº 12.546/2011, para estabelecer regime de transição para a contribuição substitutiva nela prevista, observados os reflexos da supressão quantitativa de 25% do item 1, decorrente do 6º Termo Aditivo, e o reajuste de 4,680810% concedido pelo 3º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 402/2021, a partir de 05/11/2025.

VALOR ANUAL ATÉ 31/12/2024: R\$2.694.528,76 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos);

VALOR ANUAL DE 1º/01/2025 ATÉ 04/11/2025: R\$2.768.324,12 (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil trezentos e vinte e quatro reais e doze centavos);

VALOR ANUAL A PARTIR DE 05/11/2025: R\$2.311.506,39 (dois milhões, trezentos e onze mil quinhentos e seis reais e trinta e nove centavos).

VIGÊNCIA: O termo entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros conforme as datas indicadas acima, permanecendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 30/07/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Brian Venceslau Michalski, Diretor de Tecnologia e Inovação;

Alceu Di Biase Gonçalves e Luiz Pucci Lourenço Netto, Procuradores da Contratada.



Processo SEI 26.0.000022904-0

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 060/2025

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: G4F Soluções Corporativas LTDA.

CNPJ: 07.094.346/0001-45.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a aplicação da repactuação dos custos de mão de obra com fundamento nas Convenções Coletivas de Trabalho de 2024/2025 e 2025/2026 do Sindicato da Categoria, e reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da reoneração gradual da folha de pagamento instituída pela Lei nº 14.973/2024, tendo como data base janeiro de 2025 e janeiro de 2026, mediante as cláusulas a seguir:

1.2. Em decorrência da repactuação dos custos de mão de obra com fundamento na Convenção Coletiva de Trabalho de 2024/2025, nº SC 0142/2025, do Sindicato da Categoria, referente ao piso salarial, com efeitos a contar de 20/05/2025 e reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da reoneração gradual da folha de pagamento instituída pela Lei nº 14.973/2024, tendo como data base janeiro de 2025 e efeitos a partir de 20/05/2025, o valor mensal do contrato passa de R\$44.853,70 (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais e setenta centavos), para R\$47.657,79 (quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) e o valor anual da contratação passa de R\$538.244,40 (quinhentos e trinta e oito mil duzentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), para R\$571.893,48 (quinhentos e setenta e um mil oitocentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos).

1.3. Considerando a Convenção Coletiva de Trabalho de 2025/2026, nº SC 3043/2025, do Sindicato da Categoria, referente ao piso salarial e vale alimentação, com vigência a partir de 01/08/2025, o valor mensal do contrato passará de R\$47.657,79 (quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos), para R\$50.807,57 (cinquenta mil oitocentos e sete reais e cinquenta e sete centavos) e o valor anual passará de R\$571.893,48 (quinhentos e setenta e um mil oitocentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos) para R\$609.690,84 (seiscentos e nove mil seiscentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos).

1.4. Considerando o reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da reoneração gradual da folha de pagamento instituída pela Lei nº 14.973/2024, tendo como data base janeiro de 2026, com efeitos a partir de 01/01/2026, o valor mensal do contrato passará de R\$50.807,57 (cinquenta mil oitocentos e sete reais e cinquenta e sete centavos) para R\$52.022,57 (cinquenta e dois mil e vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos) e o valor anual do contrato passará de R\$609.690,84 (seiscentos e nove mil seiscentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos) para R\$624.270,84 (seiscentos e vinte e quatro mil duzentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 135, inciso II, e art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021 e Cláusula Sexta do Contrato Original.

VALOR MENSAL: R\$52.022,57 (cinquenta e dois mil e vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos).

VALOR ANUAL: R\$624.270,84 (seiscentos e vinte e quatro mil duzentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: O termo passa a vigorar a partir da sua assinatura, com efeitos financeiros conforme as datas indicadas nas subcláusulas 1.2, 1.3, 1.4, ficando ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 28/07/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Brian Venceslau Michalski, Diretor de Tecnologia e Inovação e Elmo Toledo Lacerda, Diretor Executivo.



Processo SEI 26.0.000003153-3

* * *

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2025

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: Francieli Haiduk Rigo Ltda.

CNPJ: 18.473.803/0001-29

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração quantitativa do objeto do Contrato nº 282/2025, mediante a supressão do item 33.

VALOR GLOBAL: R\$29.935,97 (vinte e nove mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos)

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Luiz Felipe Candido Ribeiro, Diretor Adjunto Administrativo; e Francieli Haiduk Rigo, Representante Legal da Contratada.



Processo SEI 26.0.000036751-5

* * *

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADO: Vitor Diogo Wendling.

CNPJ: 23.588.621/0001-33.

OBJETO: Tem por objeto a alteração quantitativa do objeto do Contrato nº 024/2026, mediante o acréscimo de 3 unidades dos itens 1, 3 e 4.

Em decorrência dessas alterações, o valor total do contrato passa de R\$164.040,00 (cento e sessenta e quatro mil e quarenta reais), para R\$204.600,00 (duzentos e quatro mil e seiscentos reais), representando um acréscimo de 24,73% em relação ao valor original.

VALOR GLOBAL: R\$204.600,00 (duzentos e quatro mil e seiscentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Luiz Felipe Candido Ribeiro, Diretor Adjunto Administrativo e Vitor Diogo Wendling, Representante Legal.



Processo SEI 26.0.000033023-9

* * *

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADO: Sidney Fiori Junior.

CPF: 276.410.738-24.

OBJETO: Contratação do palestrante Sidney Fiori Junior para ministrar palestra e participar de duas mesas-redondas no Seminário Estadual de Gestão de Fundos Sociais FIA/FEI, que ocorrerá no dia 11 de agosto de 2026, em Florianópolis/SC.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R\$1.410,49 (mil quatrocentos e dez reais e quarenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 6 meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Alexandre Lencina Fagundes, Diretor da Escola do Legislativo; e Sidney Fiori Junior, Profissional.



Processo SEI 26.0.000028672-8

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: Inveny Graf Produtos Gráficos Ltda.

CNPJ: 31.593.055/0001-86

OBJETO: Prorrogação antecipada da Ata de Registro de Preços nº 008/2025, com a restauração integral dos quantitativos originalmente registrados.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é 1 (um) ano, contado a partir da data da última assinatura eletrônica do presente Termo Aditivo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 29/07/2026

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Lívia Rodrigues Vicentin Espíndola, Coordenadora de Eventos e Rogério Ricardo Amorim, Representante Legal.



Processo SEI 24.0.000027973-7

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 182/2026

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADO: Sidney Fiori Junior.

CPF: 276.410.738-24.

OBJETO: Contratação do palestrante Sidney Fiori Junior para ministrar palestra e participar de duas mesas-redondas no Seminário Estadual de Gestão de Fundos Sociais FIA/FEI, que ocorrerá no dia 11 de agosto de 2026, em Florianópolis/SC.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R\$1.410,49 (mil quatrocentos e dez reais e quarenta e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 29/07/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Alexandre Lencina Fagundes, Diretor da Escola do Legislativo; e Carlos Alberto Leal, Coordenador de Licitações e Contratos.



Processo SEI 26.0.000028672-8





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC

Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia